

REDE NOSSA SÃO PAULO

Este documento faz parte do
Repositório Digital da
Rede Nossa São Paulo

www.nossasaopaulo.org.br

Facebook, Youtube e G+: Rede Nossa São Paulo e
Programa Cidades Sustentáveis

Twitter: @nossasaopaulo @cidsustentaveis

Câmara Municipal de São Paulo

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de São Paulo

Vereador Antonio Carlos Rodrigues:

Atendendo solicitação dos senhores vereadores Carlos Apolinario e Police Netto, respectivamente Dos. Presidente da Comissão de Urbanismo e Relator, com referência ao PL 271, consubstanciando nossas contribuições para o debate sobre a revisão do Plano Diretor Estratégico de São Paulo, - em nome do Movimento Nossa São Paulo reiteramos nossa posição contrária à sua aprovação, apoiados nos argumentos abaixo :

1. Fatos divulgados pelos meios de comunicação social, informando sobre contribuições de campanha recebidas por vereadores desta Egrégia Câmara, contribuições estas originárias de entidades representativas do setor imobiliário, ensejando a cassação, ora em regime de recurso, de 13 vereadores que teriam recebido desta fonte contribuições entre 20% e 70% do custo de suas campanhas, levam-nos a questionar sua liberdade e isenção em questões diretamente referentes aos interesses desse setor, claramente beneficiado pela revisão do PDE proposta pelo PL em questão;
2. Tal situação, independentemente dos resultados da questão *sub judice*, reforçam nosso pedido para que a Egrégia Câmara devolva ao Executivo o PL 271 recomendando formulação de novo texto, a fim de que, após criteriosa e pública avaliação do PDE vigente, possam ser propostas, através análise artigo por artigo, quais as revisões, correções, acréscimos conviria adotar;
3. Contudo, aproximando-se o ano de término do período do PDE vigente (2012) propomos que essa avaliação se transforme, a partir do ano vindouro, em amplo estudo e debate que possa subsidiar a elaboração de próximo Plano Diretor, com vigência 2012-2022; tal estudo e debate poderia também receber o subsídio da elaboração dos planos de bairro de cada sub-prefeitura, de conformidade com o exigido pelo próprio PDE vigente, tarefa esta que tem sido postergada pelo Executivo;
4. A Câmara Municipal responderá de forma coerente com as necessidades da população de São Paulo, se assim iniciar, amplo processo de debate

objetivando preparar o PDE 2012, articulando sociedade civil, Câmara e o Executivo Municipal.

5. Na indesejável hipótese de continuação do processo de revisão do PDE, o MNSP propõe que as alterações se limitem à eventual revisão justificada das ações estratégicas vigentes, em especial :

- ao aperfeiçoamento dos quesitos relacionados com o meio ambiente, já propostos no PL em questão;
- à necessária re – introdução, enfatizada como absolutamente necessária , no texto do projeto apresentado pelo Poder Executivo, dos artigos referentes às macro - áreas, à participação cidadã, à preservação das ZEIS, à obrigatoriedade de prévia elaboração de Projetos urbanos especiais, e dos artigos e capítulos que estabelecem diretrizes referentes a aspectos sócio – econômicos para a cidade, inexplicavelmente retirados pelo PL do texto original do PDE em vigência.

6. Consideramos que a ausência dos tópicos mencionados em 5., presentes no PDE atualmente em vigor e ausentes na proposta em discussão nesta Egrégia Câmara, significa retrocesso inaceitável frente ao desejo comum de uma cidade democrática, participativa, justa, econômica e socialmente.

7. Tendo tomado conhecimento do Parecer do Do..Sr. Relator da Comissão de Urbanismo, o qual *aprova o PL*, avançando, ao mesmo tempo, ousada e altamente polêmica proposta de sua transformação em outra Lei - *Lei de Política Urbana* - deixando a elaboração de uma Lei do Plano Diretor para elaboração *posterior*, criando uma situação juridicamente caótica, - reiteramos nossa posição acima expressa, contrária à aprovação do PL e favorável a sua devolução ao Executivo.

Atenciosamente

Movimento Nossa São Paulo